

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Correio Braziliense

Class.: 427

Data: 29/11/80

Pg.:

Fotos: TADASHI NAGAKOMI



O cacique Xavante quando chegava ao aeroporto em Brasília, ontem à noite

Enfim, a viagem de Juruna

Empresa da Holanda atrasa o voo para levar o cacique à Roterdã

AVELINO DO VALE

A partir do meio-dia de hoje, hora de Madrid, o cacique Xavante Mário Juruna descobre a Europa. Ele desembarca nessa cidade espanhola do avião da Varig em que partiu ontem, às 22h30 min. hora de Brasília, do aeroporto do Galeão, Rio de Janeiro.

Para que o presidente do 4º Tribunal Bertrand Russell, reunido desde segunda-feira passada até domingo próximo em Roterdã, possa embarcar no primeiro jato rumo a Amsterdã — última escala aérea. Já na Holanda, às 15h10min, meia hora antes de chegar a Roterdã —, a KLM atrasou em meia hora a partida de seu voo de Madrid, transferindo-o para as 12h50 min. local. A informação foi ontem fornecida com exclusividade para o **Correio Braziliense**, pelo representante regional da empresa aérea holandesa, Fred Grassner. Minutos depois, às 18h, Juruna chegava à agência da KLM, onde o austríaco ansiava pelo momento de conhecê-lo pessoalmente. Após os cumprimentos, de pé, recebeu de Grassner os bilhetes de passagens Brasília-Rio de Janeiro-Madrid-Amsterdã-Rio de Janeiro, que há 11 dias estavam à sua disposição, expedidos de Amsterdã, via telex. As passagens, assim como a hospedagem e estadia do líder indígena brasileiro na Europa são custeados pela Fundação Bertrand Russell, promotora do Tribunal Internacional que em Roterdã julga casos de etnocídio e genocídio praticados contra povos indígenas das Américas com base nas denúncias recebidas. O cacique sentou-se apenas o tempo suficiente para atestar o recebimento dos bilhetes de passagens com sua forma habitual — "assina o chefe Mário Juruna". A seguir, localizou Brasília e o ponto final de sua viagem em um mapa afixado na parede, despediu-se e saiu apressado.

A caminho do edifício onde estava hospedado, no apartamento de um dos muitos amigos que fez em Brasília, o presidente do Tribunal Russell estava visivelmente preocupado. Sua passagem aérea para o Rio fora marcada para as 17 horas e ele desconhecia se conseguiria vaga no voo das 19 h. Ao lado, dirigindo seu carro, o deputado estadual Modesto da Silveira

(PMDB-RJ), também estava nervoso pela possibilidade de que Juruna perdesse o voo Rio-Madrid. No banco traseiro, Orestes Apisiré, filho de Apoena, o chefe Xavante cuja sucessão cabe a seu primo Juruna devido à idade superior e condição de orador emérito, afora outros aspectos observados pelo clã, estava igualmente preocupado. Apisiré veio a Brasília, transmitir os votos dos Xavantes, de sucesso ao cacique, na viagem ao exterior.

O PASSAPORTE

Modesto da Silveira, que na véspera defendera a concessão de habeas corpus que impetrara junto ao Tribunal Federal de Recursos, juntamente com o outro impetrante, o deputado e advogado José Costa (PMDB-AL), contou a caminho do apartamento onde o cacique apanhou sua bagagem (uma bolsa tiracolo e seu gravador) que estavam correndo o risco de não conseguir vagas para o Rio devido à demora na expedição do passaporte do chefe indígena. Os dois deputados e Juruna haviam chegado pouco depois das 10h na Delegacia de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras, conta Modesto da Silveira. Falaram com o delegado, Cyro Rocha Ferreira e deste ouviram que ainda não recebera do delegado geral do Departamento de Polícia Federal, coronel Moacir Coelho, ao qual está subordinado, a ordem para a expedição do passaporte, determinada pela sentença do TFR ao conceder habeas corpus a Juruna, contra a proibição de que este viajasse ao exterior estabelecida pelo ministro Mário Andreazza, do Interior. Sempre de acordo com Modesto da Silveira, este entregou ao delegado federal uma cópia da sentença do TFR. Mas às 12 h o expediente foi suspenso e o passaporte ainda não fora expedido. Uma funcionária ofereceu-se para providenciar o documento e entregá-lo tão logo o expediente recomeçasse, às 14 h. No entanto, segundo explicaria à tarde, o Dr. Cyro deixara a porta de seu gabinete trancada, e nele estava o material necessário. Eram mais de 16 h, quando o delegado retornou à Delegacia. Nesse meio tempo, o parlamentar e o cacique já haviam falado com o presidente do TFR e este com o diretor geral do Departamento de

Polícia Federal. Segundo Modesto da Silveira, o coronel Moacir Coelho assegurou que a ordem judicial de expedição do passaporte seria imediatamente cumprida. O delegado Cyro Ferreira voltou a alegar que ainda não recebera ordem formal para isso, mas, mesmo assim, providenciaria o documento em meia hora — prometeu. Eram 16h20 min, cronometrou o deputado. As 17h45 min, o passaporte era entregue a Juruna. Modesto da Silveira vê na demora "uma manobra para tentar impedir a viagem de Juruna a tempo de participar das sessões finais do Tribunal Russell, porque o delegado Cyro Ferreira fora por nós informado, ainda pela manhã, de que o embarque para o Rio estava marcado para às 17 horas, e prometera providenciar o passaporte muito antes".

Para intranquilizar ainda mais o parlamentar e os dois xavantes que o acompanhavam rumo ao aeroporto, depois que Juruna apanhara sua bagagem, ele descobriu que estava prestes a ter seu carro parado por falta de gasolina. Em um posto do Eixinho leste, enquanto o automóvel era abastecido, Juruna foi reconhecido e efusivamente cumprimentado por funcionários e passageiros de outro carro, a todos respondeu sorridente.

CARINHO

Apressado, ao ingressar no aeroporto de Brasília, Juruna rompeu seu silêncio para manifestar uma preocupação: devido a demora na expedição do passaporte, não tivera tempo de trocar cruzeiros por dólares, no Banco Holandês, no mesmo prédio da agência da KLM. Setor Comercial Sul, ao contrário do que programara. O dinheiro lhe fora oferecido por Modesto da Silveira, quantia não revelada. No entanto, logo o cacique lembrou-se de que receberia uma ajuda de custo para suas despesas no exterior, oferecida pelos promotores do Tribunal Russell.

A chegada de Juruna no aeroporto voltou a movimentar o grande número de jornalistas que desde às primeiras horas da manhã o estiveram acompanhando. E despertou atenções carinhosas das demais pessoas que o viram. Ele teve de iniciar uma maratona de respostas sorridentes diante da

sucessão de cumprimentos recebidos. Ouviu desde estímulos como "força, Juruna" até palavras carinhosas de crianças que queriam vê-lo, numa constatação de crescente popularidade à qual parece já estar acostumado. Para alívio do cacique e de Modesto da Silveira, suas vagas no voo para o Rio já tinham sido asseguradas pelo deputado José Costa, que os aguardava.

A DESPEDIDA

Antes de embarcar, Juruna descontraíu-se e concordou em prestar uma declaração de despedida solicitada pelos jornalistas, dirigindo-se inicialmente a estes: "Eu deixo saudação pra vocês, pra todo mundo amigo, pros brasileiros".

"Cadê o gravador, Juruna?" perguntou um repórter. "Estou levando", respondeu o cacique, sorrindo.

Juruna apertava o bolso do terno emprestado por Modesto da Silveira onde levava seu passaporte. O documento, nº CA 805087, tem a rubrica: "Assina o chefe Mário Juruna". Na terceira página, se lê que seu usuário nasceu há 42 anos, a 19 de abril de 1938, em Couto Magalhães — uma das 19 aldeias, todas localizadas em Mato Grosso, onde vivem aproximadamente cinco mil Xavantes. O passaporte poderá ser usado por Juruna até 27 de novembro de 1986. O documento significa que, embora tutelados, os índios brasileiros, a partir da sentença do TFR que determinou sua expedição, passam a contar com o referendo da Justiça brasileira para o exercício da liberdade, incluindo o direito constitucional de ir e vir de todo cidadão brasileiro.

Indagado sobre os resultados práticos que espera de sua viagem e participação no 4º Tribunal Bertrand Russell, Juruna diplomaticamente respondeu: "Olha, vamos ver, também não pode dizer nada antes que sai resultado também, só na hora que a gente... abre, assim, a boca, pra poder vir resultado depois, ouviu?".

Seguiram-se as luzes dos flashes das máquinas fotográficas, gritos de "até logo, Juruna, boa viagem", acenos de despedida e o líder indígena brasileiro partiu, atendendo finalmente ao convite que lhe foi formulado para presidir o 4º Tribunal Bertrand Russell ao sentar na cadeira vazia desde o domingo passado.

Delegados do Tribunal Russell aplaudem a decisão da Justiça brasileira

Roterdã — (Holanda). — Aclamações dos delegados e do público receberam a decisão do Tribunal Federal de Recursos brasileiro de autorizar o chefe da tribo xavante, Mário Xuruna, a participar dos trabalhos do Tribunal Bertrand Russell, anunciada ontem.

Imediatamente, os organizadores da atual sessão do Tribunal Russell, reunidos em Roterdã desde o último domingo para ocupar-se dos "crimes" cometidos contra as minorias indígenas americanas, iniciaram gestões para entrar em contato com Juruna, que foi designado presidente do tribunal.

Embora na última hora, o líder xavante poderá substituir o antropólogo mexicano Guillermo Bonfil Batalla, que, como vice-presidente, assumiu a presidência da reunião.

A reunião sobre os índios da América deve terminar no próximo domingo.

A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o Ministério do Interior do Brasil se opuseram à concessão de um visto para Mário Juruna, alegando que ele não representa todas as tribos indígenas do país e que, por outro lado, Brasília não reconhece nenhuma autoridade do Tribunal Russell.

Porém, o Tribunal Federal de Recursos invalidou essa decisão e autorizou a viagem do chefe indígena.

ANDREAZZA

O ministro Mário Andreazza, do Interior, disse ontem em Curitiba, a respeito da decisão do Tribunal Federal de Recursos, sobre o caso Juruna: "Só me cabe acatar a decisão do Poder Judiciário, que se manifestou soberanamente sobre o assunto".

De qualquer forma esta decisão vai nos proporcionar a possibilidade de podermos analisar os votos de todos os

ministros, que constituem um verdadeiro manancial para estudos, e procuraremos tirar as conclusões e medir as consequências, no sentido de assegurar, cada vez mais, os direitos dos nossos índios.

Acentuou ainda o ministro: "O Brasil possui uma das legislações mais avançadas do mundo em termos de assistência indígena. Assim, a minha opinião é a de que nada temos a ver com a realização de tribunais não-reconhecidos pelo Governo brasileiro e que não podem julgar a importância da nossa política indigenista".